

MDB abandona Tebet e abre caminho para vitória de aliado de Bolsonaro no Senado



Politicamente abandonada pelo próprio partido, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) oficializou nesta quinta-feira (28) sua candidatura independente à presidência do Senado.

O anúncio acontece após a sinalização do MDB de que vai concluir ainda nesta quinta a negociação para compor a chapa de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato apoiado pelo atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A retirada do apoio a Tebet consolida o favoritismo de Pacheco, que já contava com apoio suficiente para atingir os 41 votos necessários para vencer a disputa -desconsiderando possíveis traições.

Alcolumbre e o líder da bancada do MDB, Eduardo Braga (MDB-AM), vão se reunir nesta quinta para acertar os detalhes. O presidente do Senado ofereceu ao MDB a vice-presidência da Casa, como havia adiantado o Painel. Também fazem parte da oferta a segunda secretaria e o comando de duas comissões.

Tebet decidiu anunciar sua candidatura antes mesmo da decisão da sua bancada.

“Hoje [quinta] na hora do almoço eu recebi um telefone oficial do líder da bancada do MDB no Senado, senador Eduardo Braga, me liberando de qualquer compromisso, uma vez que eles ainda estão em tratativas ainda não encerradas com o presidente Davi Alcolumbre sobre cargos e

proporcionalidade do MDB numa possível composição”, disse ela, em entrevista a jornalistas no Senado.

A senadora evitou fazer críticas a seu partido, mas deixou em aberto a possibilidade de abandonar a sigla, a partir de março. Tebet, no entanto, não afirmou que se trataria de ressentimentos com a decisão da bancada na disputa pelo Senado e sim que poderia sair por “questões regionais”.

Ela também apresentou duras críticas a Bolsonaro por conta da ingerência do Palácio do Planalto na eleição do Congresso. Disse que a “independência” do Senado está “comprometida” e querem transformar o Senado em um “apêndice do Executivo”.

Renato Machado/Folhapress

Justiça

Impactos do megavazamento de dados podem durar anos, diz especialista

Página - 06

Economia



Contas do governo federal têm rombo recorde de R\$ 743,1 bilhões em 2020

Página - 03

Depois de SP, Florianópolis e Osasco são melhores cidades para empreender

Página - 03

Política



Governista, Lira contradiz Bolsonaro e afirma que ninguém interfere na presidência da Câmara

Página - 04

Indústria



Custo industrial sobe 8,6% no terceiro trimestre de 2020

Página - 05

No Mundo

Brasil é o país que pior lidou com a pandemia, aponta estudo que analisou 98 governos



O Brasil foi o país que teve a pior gestão pública durante a pandemia, apontou um estudo feito pelo Lowy Institute, centro de estudos baseado em Sydney, na Austrália.

O país ficou na última posição entre 98 governos avaliados. México, Colômbia, Irã e Estados Unidos também tiveram notas muito baixas.

Na outra ponta da lista, a Nova Zelândia foi apontada como país que melhor lidou com a crise sanitária. E Vietnã, Tailândia e Taiwan foram incluídos entre os melhores exemplos. A Nova Zelândia praticamente erradicou o vírus com fechamentos de fronteira precoces e

drásticos, entre outras ações.

O estudo levou em conta seis critérios: casos confirmados, mortes, casos e mortes por milhão de habitantes, diagnósticos em relação à proporção de testes e exames feitos a cada mil pessoas. A pesquisa se concentra nos dados registrados nas 36 semanas seguintes após a confirmação do 100º caso em cada país.

O Brasil registra mais de 9 milhões de casos e 220 mil mortes por coronavírus, e é o segundo com mais óbitos no mundo, atrás dos Estados Unidos, que teve 429 mil vidas perdidas até agora.

Os dois países mais populosos do continente americano tiveram em comum governos de líderes populis-

tas -Jair Bolsonaro e Donald Trump- que minimizaram ativamente a ameaça da Covid-19, ridicularizaram o uso de máscaras, opuseram-se a confinamentos e fechamentos e foram pessoalmente infectados pelo vírus.

O Brasil registra, ainda, 425 casos e 10 mortes por milhão de habitantes. O país enfrenta uma alta forte de casos desde o fim de 2020. Em janeiro, a falta de oxigênio para pacientes do Amazonas e a desorganização no início da campanha de vacinação foram exemplos das falhas do governo federal na gestão da pandemia no país. Esses erros motivaram pedidos pelo impeachment de Bolsonaro.

Rafael Balago/Folhapress

Biden toma medidas duras para conter mudanças climáticas



O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, assinou nesta quarta-feira (27) diversos decretos para combater a mudança climática. Biden disse, durante cerimônia, na Casa Branca, que, em sua visão, os EUA esperaram demais para “lidar com essa crise climática” e que agora era “hora de agir.” Ele citou como ameaças ao país a intensificação de tempestades, incêndios florestais, enchentes e secas relacionadas às mudanças climáticas, além da poluição atmosférica causada pela queima de combustíveis fósseis.

Portugal proíbe voos do Brasil devido a nova variante encontrada em Manaus

O governo de Portugal decidiu suspender os voos do Brasil entre 29 de janeiro e 14 de fevereiro devido à nova variante do coronavírus identificada no Amazonas e que já se espalhou para outros Estados. A regra também vale para voos do país europeu com direção ao território brasileiro.

“Até o dia 14 de fevereiro, estão suspensos todos os voos, comerciais ou privados, de todas as companhias aéreas, de e para o Brasil. As regras agora estabelecidas são igualmente aplicáveis aos voos de e para o Reino Unido”, diz um comunicado do governo português.

Na nota, as autoridades ressaltam o aumento dos ca-

sos de covid-19 em Portugal, a evolução da situação epidemiológica a nível mundial e a detecção de “novas estirpes” do vírus.

Na terça-feira, 26, o país europeu registrou 291 novas mortes por coronavírus, um recorde, elevando o total de óbitos para mais de 11 mil.

De acordo com o governo português, serão permitidos os voos de natureza humanitária para repatriamento de cidadãos.

A entrada em Portugal de pessoas que têm autorização de residência no país também serão autorizadas, mas com a exigência de teste negativo de covid-19 realizado nas 72 horas anteriores ao embarque.

Estado SP



Biden apresentou uma “abordagem que envolve todo o governo” para colocar as preocupações com as mudanças climáticas no centro das políticas externas e de segurança nacional dos EUA, assim como no planejamento doméstico. Ele disse que a construção de uma moderna e resiliente infraestrutura ligada ao clima e de um futuro com energias renováveis criará milhões de empregos com bons salários.

“Esse é um caso em que consciência e conveniência se cruzam, em que lidar com essa ameaça existencial ao planeta e aumentar nosso crescimento e prosperidade

econômica são a mesma coisa. Quando penso nas mudanças climáticas e nas respostas a elas, penso em empregos”, acrescentou Biden.

O presidente assinou decretos para reduzir a extrações de emissões de hidrocarbonetos e de dióxido de carbono e para a duplicação da geração de energia eólica com turbinas eólicas offshore. Ele também instruiu o Departamento do Interior a suspender novas concessões federais de petróleo e gás em terras públicas ou águas profundas e a realizar uma “revisão rigorosa” das concessões já existentes, bem como das práticas permitidas.

ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Contas do governo federal têm rombo recorde de R\$ 743,1 bilhões em 2020



Sob efeito da pandemia do novo coronavírus, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de impostos, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões em 2020. O resultado é o pior da série histórica iniciada há 24 anos.

O déficit primário do ano passado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (28), é maior do que a soma de todos os rombos registrados em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Em dezembro, último mês de vigência do decreto de calamidade pública, o rombo nas contas do governo ficou em R\$ 44,1 bilhões, contra

um déficit de 14,6 bilhões do mesmo mês de 2019.

No resultado acumulado de 2020, a receita total do governo ficou em R\$ 1,47 trilhão, uma queda real de 13,1%. O movimento foi motivado pela deterioração da economia. Com as medidas restritivas e de isolamento social nos estados e municípios, o faturamento das empresas caiu, afetando negativamente o pagamento de impostos.

Do lado das despesas, com resultado de R\$ 1,95 trilhão, houve um aumento de 31,1% acima da inflação nos gastos do governo no ano passado, em comparação com 2019. Somente os desembolsos diretamente relacionados ao enfrentamento da crise sanitária somaram R\$ 524 bilhões.

A expansão de gastos para mitigar efeitos da pandemia só foi possível porque o governo e o Congresso decretaram estado de calamidade pública de março a dezembro do ano passado, além de implementarem o chamado Orçamento de guerra.

As medidas desobrigaram o Executivo a respeitar regras fiscais no ano passado. A maior parte dos gastos relacionados à pandemia foi autorizada por meio de créditos extraordinários, mecanismo que pode ser usado em situações urgentes e imprevisíveis e que não é contabilizado no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas.

Bernardo Caram/Folhapress

Depois de SP, Florianópolis e Osasco são melhores cidades para empreender



São Paulo é a cidade que reúne as melhores condições para empreender no Brasil. A conclusão é do Índice de Cidades Empreendedoras, elaborado pela Endeavor em parceria com a Enap (Escola Nacional de Administração Pública) e divulgado nesta quinta-feira (28).

O estudo avalia sete critérios (ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura empreendedora) para descobrir quais são os locais mais propícios para o desenvolvimento de novos negócios. Foram analisadas as cem cidades mais populosas do país.

Juros para famílias caem ao menor nível histórico em 2020, diz BC

As famílias e empresas pagaram taxas de juros mais baixas em 2020, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem (28) pelo Banco Central (BC). No crédito às famílias, a taxa média atingiu 37% ao ano em dezembro, o menor da série histórica iniciada em 2011, com reduções de 9 pontos percentuais se comparado a 2019 e de 1,2 ponto percentual em relação a novembro.

De acordo com o BC, o destaque em dezembro foi a redução de 5,8 pontos percentuais no crédito pessoal não consignado, chegando a 74,5% ao ano. Se comparado a dezembro, a queda foi de 20,1 pontos percentuais.

Os juros do crédito consignado caíram 1,9 ponto percentual no ano e se mantiveram estáveis entre novembro e dezembro em 18,6% ao ano. A taxa do cheque especial chegou a 115,6% ao ano

em dezembro, aumento de 2,1 pontos percentuais em relação a novembro e queda de 132 pontos percentuais se comparado a dezembro de 2019.

Houve aumento nos juros médios do rotativo do cartão de crédito. A taxa chegou a 328,1% ao ano, com elevação de 6,9 pontos percentuais no mês e 9,3 pontos percentuais no ano. No caso do rotativo regular, quando o cliente paga pelo menos o valor mínimo da fatura, a taxa chegou a 301,9% ao ano, aumento de 8,6 pontos percentuais entre novembro e dezembro e de 15,7 pontos percentuais comparado a dezembro de 2019.

A taxa do rotativo não regular (dos clientes que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura) também subiu e chegou a 347,7% ao ano, alta de 6,4 pontos percentuais em relação ao mês anterior e de 8,1 pontos percentuais no ano.

Andreia Verdélio/ABR



Florianópolis (SC) e Osasco (SP) aparecem em segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Embora a capital paulista seja a primeira no ranking geral, o estudo também aponta o bom desempenho de cidades do interior. Completam a lista dos dez municípios mais empreendedores Vitória (ES), Brasília (DF), São José dos Campos (SP), São Bernardo do Campo (SP), Jundiaí (SP), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ).

Vencedora no ranking geral, São Paulo aparece na primeira colocação de dois dos sete critérios analisados no estudo. Um deles é o acesso a capital financeiro, que envolve, por exemplo, operações

de crédito por município.

O segundo é a infraestrutura, que avalia, transporte interurbano, acesso a internet rápida, preço médio do metro quadrado e custo da energia. Nesse critério, 8 das 10 cidades com melhor desempenho estão no estado paulista.

Mas, observando o desempenho nos outros tópicos, se percebe uma descentralização. No tópico ambiente regulatório, por exemplo, no qual são avaliadas questões como tempo de processos, tributação e complexidade burocrática, o topo da lista é ocupado por Macapá (AP).

Cidades do Norte e também do Nordeste se destacam no índice de cultura empreendedora.

Folhapress

Política

Governista, Lira contradiz Bolsonaro e afirma que ninguém interfere na presidência da Câmara



Um dia após Jair Bolsonaro (sem partido) admitir interferência na eleição da Câmara, o líder do centrão e candidato do governo na disputa, deputado Arthur Lira (PP-AL), contradisse o presidente e afirmou que ninguém influi na presidência da Casa.

Lira concedeu rápida entrevista antes de se reunir com a bancada de seu partido na tarde desta quinta-feira (28) no gabinete da presidência do PP no Senado. No dia anterior, Bolsonaro se reuniu com o líder do centrão e com parte da bancada do PSL e afirmou que, “se Deus quiser”, vai interferir na presidência da Casa.

Antes de conversar com deputados do PP, Lira afirmou não ter ouvido ninguém dizer que vai influenciar na presidência da Câmara. “Influir na presidência da Câmara é diferente do que ele pode ter dito. Porque na presidência da Câmara ninguém influi”, disse o deputado.

O líder do centrão afirmou ainda que cada lado trabalha com sua versão de intervenção.

“Eu estou trabalhando com muita humildade para conseguir os votos dos deputados e não reclamo de interferência de governadores, não reclamo de interferência da Câmara no processo de escolha das sessões, dos horários, dos blocos”, disse Lira.

“Não estou vendo nenhum deputado publicamente assumir que está tendo interferência”, continuou. “Eu volto a dizer, se vocês olharem o Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Diário Oficial da Câmara, vocês vão ver interferência.”

O deputado do PP afirmou ainda que não é o momento de “baixar o nível da campanha” e que “ninguém muda mais voto de ninguém numa altura dessa”.

Se eleito, afirmou que será independente, mas harmônico. “Não vou procurar briga, nem insuflar nenhum tipo de discussão que não sejam as propostas desse período de eleição.”

Danielle Brant/Folhapress

Doria fala em ‘vírus Bolsonaro’ ao comentar impeachment em entrevista a TV internacional



O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), concedeu uma entrevista à CNN internacional nesta quinta-feira (28) na qual falou sobre combater “o vírus Bolsonaro” ao ser questionado se o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deveria sofrer um impeachment.

“Tenho que dizer, de novo, que estamos combatendo dois vírus no Brasil: o coronavírus e o vírus Bolsonaro. Temos o senso, aqui em São Paulo, o senso de urgência. E toda vida conta, nós não queremos gastar nem um dia sequer com processos burocráticos criados pelo

Renovação do auxílio pode dar novo fôlego a Bolsonaro, avalia Samuel Pessôa

A possibilidade de renovação do auxílio emergencial diante do recrudescimento da pandemia no Brasil pode dar novo fôlego ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), cuja popularidade está em trajetória de queda.

A avaliação é do economista e colunista da Folha de S.Paulo Samuel Pessôa, que participou nesta quinta (28) de debate virtual promovido pela Folha e Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da Fundação Getúlio Vargas.

Além de Pessôa, participaram do evento o também colunista da Folha e professor de Ciência Política da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) Marcus André Melo e o cientista político e professor da FGV/Ebape Carlos Pereira. A mediação foi realizada pelo repórter especial da Folha Fernando Canzian.

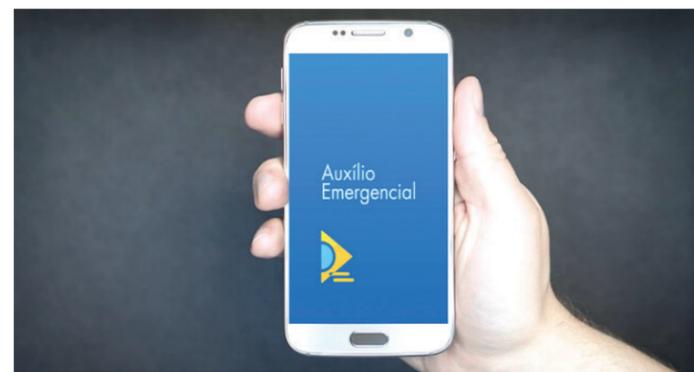
“Com a segunda onda do

coronavírus, o presidente terá um tempo maior. Tem que renovar de alguma maneira o auxílio emergencial e isso atende ao Bolsonaro, o que dá fôlego para ele chegar no ano que vem e ser reeleito”, disse o economista.

Na avaliação de Pessoa, há um embate entre pautas estruturais, como o teto de gastos, e conjunturais, como o auxílio emergencial, no Congresso. A priorização da segunda agenda, em detrimento da primeira, também beneficia o presidente, afirma.

“Na agenda da economia, o país vive em conflito distributivo, que ocorre prioritariamente na discussão do Orçamento de como arrecada e como gasta. Apesar de a pandemia piorar a situação do país como um todo, ela deu tempo para Bolsonaro. Ele não mostrou nesse período vontade de liderar as reformas que são necessárias”, afirma.

Sheyla Santos/Folhapress



governo federal”, afirmou.

O tucano iniciou a entrevista ao programa Connect the World, apresentado pela jornalista Becky Anderson, comentando o colapso no sistema de saúde de Manaus -o qual atribuiu ao governo federal. A atração é televisionada em Nova York, Londres e Abu Dhabi.

“A situação em Manaus se tornou dramática. Isso aconteceu devido à ausência de ações do governo brasileiro para os cuidados de saúde da população local. A situação é dramática na região amazônica, especialmente em Manaus. É absurdo que as pessoas estejam morrendo em suas casas, na porta de

hospitais, nas calçadas devido à falta de oxigênio”, disse.

A âncora do programa mencionou a investigação aberta a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e a decisão do governo de não adquirir doses da vacina desenvolvida pela Pfizer, questionando por que isso aconteceu.

“Isso é inacreditável”, respondeu Doria. “É verdade, o que você disse é absolutamente verdade. Nesse momento, nós precisamos de um ministro da Saúde trabalhando pela saúde, pelas pessoas, para proteger as pessoas, não contra as pessoas.”

Mônica Bergamo/Folhapress

Custo industrial sobe 8,6% no terceiro trimestre de 2020



O custo da indústria subiu 8,6% no terceiro trimestre de 2020 na comparação com o semestre anterior, informou ontem (28) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a CNI, é o maior aumento trimestral desde o início da série histórica, em 2006.

A CNI disse que o Indicador de Custos Industriais (ICI) reflete, em parte, um ajuste em relação à queda transitória de custos do segundo trimestre, que se deu em razão da crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) e de “políticas governamentais de mitigação da crise”.

A confederação destacou que o aumento no indi-

cador que mede os custos do setor, acendeu um “sinal de alerta na indústria”, principalmente porque a série recente mostra o aumento crescente dos custos relacionados aos bens intermediários, nacionais e importados.

“O custo com bens intermediários nacionais cresceu progressivamente ao longo dos três primeiros trimestres de 2020. No primeiro trimestre houve um aumento de custos de 2,6%, seguido por um aumento de 4,1% no segundo trimestre e de 6,6% do terceiro”, informou a CNI.

Na avaliação da CNI, a previsão é que o custo com produtos intermediários continue subindo no quarto trimestre de 2020 e em 2021, tanto pelo efeito gradual do

aumento dos insumos precificados em dólar, quanto pela escassez de insumos e matérias-primas.

O boletim diz ainda que o custo com energia da indústria subiu 5,2% no terceiro trimestre de 2020. O aumento foi puxado principalmente pelo óleo combustível, cujo custo subiu 35,9% na comparação com o segundo trimestre, e não reverteu a queda de 9,5% ocorrida no segundo trimestre de 2020.

“Dessa forma, no acumulado do ano de 2020 até o fim do terceiro trimestre o custo com energia acumula queda de 1,2% em relação ao mesmo período de 2019”, diz o boletim.

Luciano Nascimento/ABR

Vendas de máquinas e equipamentos têm alta de 5,1% em 2020



As vendas da indústria brasileira de máquinas e equipamentos totalizaram no ano de 2020 R\$ 144,5 bilhões, resultado 5,1% superior ao registrado em 2019. No mês de dezembro, as vendas somaram R\$ 13,4 bilhões, 36,7% superior ao obtido no mesmo mês de 2019. Os dados, divulgados quarta (27), são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

“Após sucessivas retrações, o ano de 2020 encerra com a sinalização de normalização das vendas internas e melhoria das exportações para 2021”, disse a entidade em nota.

Confiança da indústria recua depois de oito meses em alta, diz FGV

O Índice de Confiança da Indústria medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) teve, em janeiro deste ano, sua primeira queda depois de oito meses de alta. O indicador recuou 3,6 pontos em relação a dezembro de 2020 e chegou a 111,3 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos. O dado foi divulgado hoje (28) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Empresários de 14 dos 19 segmentos industriais pesquisados registraram queda da confiança. O Índice da Situação Atual, que mede a confiança no presente, teve queda de 3,6 pontos e chegou a 116,3 pontos.

Já o Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro, recuou 3,3 pon-

tos e atingiu 106,3 pontos.

“O resultado é reflexo de uma percepção menos favorável dos empresários sobre a situação atual dos negócios e perspectivas menos otimistas para a produção prevista para os próximos três meses que parece estar relacionada com o fim dos benefícios emergenciais e avanço da pandemia no país. Apesar disso, a indústria segue ainda em patamar alto em termos históricos, se destacando entre os demais setores econômicos”, disse a pesquisadora da FGV Viviane Seda Bittencourt.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada avançou 0,6 ponto percentual, para 79,9%. Esse é o maior valor observado desde novembro de 2014 (80,3%).

Vitor Abdala/ABR



Dentre os segmentos que mais colaboraram com o aumento nas vendas estão máquinas para bens de consumo, em especial máquinas para madeira, alimentos e refrigeração.

O setor vendeu ao exterior, no ano passado, R\$ 7,3 bilhões em equipamentos, montante 23,7% inferior ao registrado em 2019. Em dezembro, as exportações somaram R\$ 759,2 milhões, 0,9% a mais que o obtido no mesmo mês de 2019.

“Ainda que o crescimento de dezembro seja modesto, o resultado sinaliza uma possível mudança de rumo das exportações em 2021. No acumulado

do ano, as vendas externas de máquinas registraram a maior queda desde a crise de 2009”, ressaltou a entidade.

A quantidade de pessoas ocupadas no setor de máquinas e equipamentos em 2020 superou a de 2019. Em dezembro, o setor fechou o ano com 326,5 mil postos de trabalho, quase 24 mil empregos a mais que o observado em 2019. “A forte recuperação na produção dos setores fabricantes de máquinas ferramentas, máquinas agrícolas, reservatórios metálicos e determinados componentes explicam este aumento”, disse a entidade.

Bruno Bocchini/ABR

Justiça

Impactos do megavazamento de dados podem durar anos, diz especialista



Os impactos do megavazamento de dados descoberto recentemente podem durar anos, afirmam especialistas do setor.

Segundo os executivos, o material exposto, que conta com o número do CPF, data de nascimento, nome completo e outras informações pessoais de mais de 220 milhões de brasileiros, pode acabar gerando inúmeros casos de fraudes, como criação de contas e CNPJs falsos em instituições financeiras e no varejo para lavagem de dinheiro.

O vazamento de dados foi descoberto pelo dfndr lab, laboratório de cibersegurança da Psafe, em 19 de janeiro. O número de pessoas expostas é maior do que o total de habitantes do Brasil, de aproxima-

damente 212 milhões -o que, segundo a companhia, indica que o vazamento pode incluir informações de pessoas que já morreram e CPFs inativos.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Psafe afirmou que ainda não foi possível identificar a que período os dados da base vazada correspondem e nem qual foi a fonte dessas informações.

O vazamento também teria exposto informações detalhadas sobre 104 milhões de veículos, contendo número do chassi, placa do automóvel, município, cor, marca, modelo, ano de fabricação, cilindradas e o tipo de combustível utilizado.

Ainda teriam sido vazados dados de 40 milhões de empresas, como CNPJ, razão

social, nome fantasia e data de fundação.

Segundo a dfndr lab, os pesquisadores seguem investigando como essas informações teriam sido obtidas. Ainda não há detalhes ou informações sobre os responsáveis.

Para o presidente da Incognia, André Ferraz, o principal risco dos consumidores está associado a possíveis perdas financeiras.

“Uma vez que a informação está exposta, não tem mais jeito, não tem como desfazer. Isso significa que mesmo que os dados tenham vazado agora, eles podem ficar expostos por anos na internet. Alguns efeitos podem aparecer agora, outros só daqui cinco anos ou até depois”, afirmou.

Isabela Bolzani/Folhapres

Incêndio na boate Kiss completa oito anos sem julgamento dos réus



“Kiss, oito anos de impunidade” é a frase do novo mural grafitado sobre a fachada do que restou da boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde um incêndio de grandes proporções matou 242 jovens, a maioria universitários, na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013. A tragédia que comoveu o país e gerou grande repercussão internacional ainda se arrasta numa novela sem data para terminar. Quase uma década depois, os quatro réus do caso ainda aguardam o júri popular, que não tem data para acontecer. Na melhor das hipóteses, ocorrerá em algum momento no

Covid-19: STF nega pedido de brasileiros para volta ao país sem teste

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou quarta (27) pedido de dois brasileiros que moram em Portugal para retornar ao país sem apresentar o resultado do exame RT-PCR negativo para covid-19. A exigência está prevista na Portaria Interministerial 648/2020, que estabelece a condição para embarque internacional com destino ao Brasil.

O caso chegou ao Supremo por meio de um habeas corpus protocolado pela defesa de um estudante da Universidade de Lisboa e sua companheira. Eles alegam que não têm condições de pagar cerca de 100 euros pelo exame e que a exigência é inconstitucional.

Na decisão, a ministra entendeu que a restrição não

é desproporcional e tem o objetivo de proteger a saúde dos passageiros e da população durante a pandemia de covid-19.

“Reputo irrazoável admitir o embarque de passageiros que não atendam as limitações impostas, de maneira excepcional e temporária, com base em estudos e recomendações técnicas elaboradas pelas autoridades competentes, colocando em risco todo o corpo social, com o risco, inclusive, de potencializar a disseminação de novas variantes do coronavírus em território nacional”, diz a ministra.

Durante o período de férias dos ministros do STF, Rosa Weber, que é vice-presidente da Corte, está responsável pelas decisões urgentes que chegam ao tribunal.

André Richter/ABR



segundo semestre deste ano.

“Essa situação é muito injusta. São oito anos de sofrimento e dor e, durante esses anos, a gente perdeu muitos familiares, pais de vítimas, que tiveram outras doenças, agravadas pela dor da perda, e acabaram morrendo”, lamenta Flávio Silva, presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

No processo criminal, com mais de 85 volumes, os empresários e sócios da boate Kiss, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffmann, além do vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos, e o produtor do gru-

po musical, Luciano Bonilha Leão, respondem por homicídio simples (consumado 242 vezes, por causa do número de mortos) e por 636 tentativas de homicídio, de acordo com o número de feridos.

“Em entrevista, a advogada de um dos réus informou que estaria peticionando um júri de portas fechadas, alegando restrições da pandemia. A gente teme que isso ocorra. Se acontecer, vamos lutar com todas as forças para reverter. São longos anos de espera. Aconteça o que acontecer, não teremos nossos filhos de volta, mas a gente espera que se faça justiça”.

Rafael Vilela/ABR

Hansatécnica Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 54.022.066/0001-01 – NIRE 35.300.449.193

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas desta Companhia, convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 10/03/2021, às 9:00 hs, na sede da Companhia, localizada na Rua Clarence, 179/183, Vila Cruzeiro, São Paulo-SP, para tratarem da seguinte matéria constante da Ordem do Dia: **1.** Aprovação das contas dos administradores e das demonstrações contábeis e financeiras do exercício findo em 31/12/2020; **2.** Aprovação da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2020; **3.** Aprovação aumento capital social com as reservas legais; **4.** Aprovação das regras para que os colaboradores recebam 100% do PLR. **Informações Gerais:** Os acionistas caso sejam representados por procurador deverão apresentar original da procuração, se for particular com reconhecimento de firma do Acionista Outorgante, devendo o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, em qualquer caso, deve ter sido outorgado há menos de dois anos. São Paulo, 27/01/2021. **Paulo Henrique Gonçalves de Melo – Diretor Presidente.** (28, 29 e 30/01/2021)

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/ME nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2020

Data, Hora e Local: 13/10/2020, às 8:00 na sede social da Companhia, na Avenida Tucunaré, nº 550, 1º andar – salas 101 e 102 e 2º andar – salas 201 e 202, Bairro Tamboré, Barueri-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidência pelo Sr. Daniel Braga Sterenberg e secretariada pelo Sr. André Jacques Levy. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a eleição do Presidente do Conselho de Administração; (ii) a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; (iii) a eleição do Diretor de Relações com Investidores da Companhia; (iv) a aprovação das políticas internas da Companhia obrigatórias para companhias abertas, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e do Regulamento do Novo Mercado emitido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"); (v) a aprovação de nova versão do Código de Ética e Conduta da Companhia; (vi) a instalação do Comitê de Auditoria da Companhia e a nomeação de seus membros; (vii) a aprovação do orçamento próprio do Comitê de Auditoria; (viii) a aprovação do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia; (ix) a instalação do Comitê de Ética da Companhia e a nomeação de seus membros; (x) a aprovação do Regimento Interno do Comitê de Ética da Companhia; (xi) a aprovação do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia; (xii) a aprovação do processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria; (xiii) a aprovação da lista contendo as competências da área de auditoria interna da Companhia; e (xiv) avaliar a suficiência da estrutura e do orçamento destinados à auditoria interna para o desempenho de suas competências e aprovar o orçamento da auditoria interna de 2020. **Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração: (i) aprovar a eleição do Sr. Daniel Braga Sterenberg, para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; (ii) aprovar a reeleição dos Srs.: (a) Octavio Côrtes Pereira Lopes, para o cargo de Diretor Presidente para um mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, sendo permitida reeleição, conforme termo de posse contido no **Anexo I**; (b) Guilherme de Antonio Favaro, para o cargo de Diretor Financeiro para um mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, sendo permitida reeleição, conforme termo de posse contido no **Anexo II**; e (c) Luciano Ribeiro Escobar, para o cargo de Diretor de Operações para um mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, sendo permitida reeleição, conforme termo de posse contido no **Anexo III**. (iii) aprovar a eleição do Sr. Guilherme de Antonio Favaro, para o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, exercendo esse cargo em conjunto com o cargo de Diretor Financeiro para o qual foi eleito acima, para um mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, sendo permitida reeleição, conforme mandato dos demais membros da Diretoria e termo de posse contido no **Anexo II**. (iv) aprovar a Política de Indicação de Administradores, a Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado, a Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e a Política de Remuneração de Administradores, as quais rubricadas pela Mesa, ficam arquivadas na sede social; (v) aprovar nova versão do Código de Ética e Conduta da Companhia, o qual rubricado pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia; (vi) aprovar a instalação do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como a eleição dos seguintes membros para mandato unificado de 2 anos, sendo permitida sua reeleição por igual período, mediante investidura em ato próprio. O Conselho está em fase de seleção do terceiro membro do Comitê de Auditoria e o elegerá oportunamente tão logo o processo de seleção seja concluído. (a) Paulo Sergio Cruz Dortas Matos, na qualidade de coordenador do Comitê de Auditoria, possuindo reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis; e (b) Thiago Renno Osorio. Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 dias contados da presente data mediante a apresentação: (i) do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia, contendo as declarações em atendimento à lei e à regulamentação de 2020, cuja cópia foi rubricada pela Mesa e fica arquivada na sede da Companhia; (ii) a declaração de desimpedimento, para os fins do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 2º da Instrução CVM nº 367/02; e (iii) da declaração dos valores mobiliários por eles eventualmente detidos de emissão da Companhia e de suas sociedades controladas ou do mesmo grupo, nos termos do artigo 157 da Lei nº 6.404/76. (vii) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente. O orçamento aprovado foi rubricado pela Mesa e fica arquivado na sede da Companhia. (viii) aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, o qual rubricado pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia; (ix) aprovar a instalação do Comitê de Ética da Companhia, bem como a eleição dos seguintes membros para mandato unificado de 2 anos, sendo permitida sua reeleição por igual período, mediante investidura em ato próprio: (a) Octavio Côrtes Pereira Lopes, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia; (b) Maria Carolina Brasil Borghesi, na qualidade de Diretora de RH; (c) Rafael Miyazaki Otta, na qualidade de Compliance Officer; (d) Fernando Padilha Jurcak, na qualidade de Secretário do Comitê de Ética, bem como membro do Departamento Jurídico; (x) aprovar o Regimento Interno do Comitê de Ética da Companhia, o qual rubricado pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia; (xi) aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, o qual rubricado pela Mesa, fica arquivado na sede da Companhia; (xii) aprovar o processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria, nos termos do Artigo 18, § 1º, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, conforme **Anexo IV** a esta ata. (xiii) aprovar a lista contendo as competências da área de auditoria interna da Companhia, a qual, rubricada pela Mesa fica arquivada na sede da Companhia; e (xiv) o Conselho avaliou e confirmou que a estrutura e orçamento destinados à área de auditoria interna são suficientes para o desempenho de suas competências e aprovou o orçamento da auditoria interna de 2020, cuja cópia foi rubricada pela Mesa e fica arquivada na Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Barueri, 13/10/2020. **Mesa:** Daniel Sterenberg – Presidente; André Levy – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 26.908/21-9 em 15/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/ME nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2020

Data, Hora e Local: 13/10/2020, às 7h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Daniel Braga Sterenberg – Presidente; André Jacques Levy – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) a alteração do objeto social, para inclusão de novas atividades. Assim, o Artigo 3 passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de: (i) comercialização varejista, importação, exportação e a locação de móveis, utensílios ou objetos de uso pessoal, doméstico, esportivo, profissional, de decoração ou adorno incluindo artigos de iluminação, artigos de tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de cama, mesa e banho, colchoaria, vidros, artesanato, de entretenimento e artigos de tocador; (ii) comercialização varejista de móveis planejados; (iii) prestação de serviços de instalação, montagem, locação e decoração, por conta própria ou de terceiros; (iv) prestação de serviços de carga, descarga e logística interna, por conta própria ou de terceiros; (v) prestação de serviços de consertos, manutenção, assistência técnica e visita; (vi) representação comercial por conta própria ou de terceiros; (vii) exploração de serviços de restaurante, lanchonete, café, café e bar; (viii) participação em outras empresas, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, com ou sem controle acionário; (ix) exploração de estabelecimentos por conta própria ou de terceiros; (x) edição e comercialização de livros e revistas; (xi) comercialização de eletroeletrônicos em geral; (xii) comercialização de telefones celulares e acessórios; (xiii) comercialização de equipamentos e acessórios de telefonia fixa; e (xiv) a comercialização de ferramentas elétricas; (v) prestação de serviços de organização logística de cargas por meio do transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, marítimo e fluvial, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual; (xv) intermediação e negociação, com estipulação, na venda de seguros massificados nos varejo e/ou produtos de crédito aplicado ao varejo; e (xvi) a intermediação de operações de captura de cartão de crédito e/ou outros produtos de crédito. **§ 1º.** A Companhia poderá explorar outros ramos de atividade afins ou complementares ao objeto expresso no Artigo 3º." (ii) o desdobramento das 665.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia em 266.821.390 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. Dessa forma, o *caput* da Cláusula 5ª do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 237.636.507,80, dividido em 266.821.390 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." (iii) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações da presente ata e para sua adaptação às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata; (iv) a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia e a eleição dos Srs. Marcos Guimarães Grasso, João Lourenço Vivan Bernart e Thiago Renno Osorio como conselheiros independentes, para mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, sendo permitida sua reeleição: (a) a reeleição, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Ghislaine Thérèse de Vaux Dubrule; (b) a reeleição, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Régis Edouard Alain Dubrule; (c) a reeleição, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Paul Edouard Dubrule; (d) a reeleição, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Daniel Braga Sterenberg; (e) a reeleição, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Fernando Cesar Dantas Porfírio Borges; (f) a reeleição, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, do Andre Jacques Levy; (g) a eleição, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, Marcos Guimarães Grasso; (h) a eleição, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, João Lourenço Vivan Bernart; e (i) a eleição, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, Thiago Renno Osorio. Os conselheiros eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de (i) declaração de que possuem qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 147 e §§ da Lei das S.A., para o exercício dos respectivos cargos, e de que não possuem qualquer impedimento legal que obste sua eleição; e (ii) de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração. A caracterização dos conselheiros Marcos Guimarães Grasso, João Lourenço Vivan Bernart e Thiago Renno Osorio como membros independentes do Conselho de Administração está de acordo com o enquadramento disposto no artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado. (v) A contratação dos novos administradores pela Companhia em preparação para a oferta pública inicial de ações refletirá em um aumento no valor da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê Auditoria recentemente criado em comparação ao montante previsto e com base no qual foi aprovado pela AGO de 2020 o limite global da remuneração da administração para aquele exercício. (vi) a definição do jornal "Data Mercantil", além do DOE-SP, para realização das publicações da Companhia, conforme estabelecido na legislação aplicável. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Barueri, 13/10/2020. Assinaturas: Mesa: Daniel Braga Sterenberg – Presidente; André Levy – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 26.907/21-5 em 15/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

RCB Investimentos S.A. – CNPJ/MF nº 08.823.301/0001-27 – NIRE 35.300.341.856**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20/11/2020**

Data, Hora e Local: Aos 20/11/2020 às 10:30 horas na sede da Companhia com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Publicações:** Edital de Convocação: Dispensada. **Demonstrações Financeiras:** exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, e relatório dos auditores independentes, publicados no "DOE-SP" e no "Jornal O Dia SP" edições de 18/11/2020. **Mesa:** Presidente – Alexandre do Rosário Nobre; Secretário – Renato Pudente de Toledo. **Deliberação da Ordem do Dia Tomada por Unanimidade:** (1) As Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes; (2) A proposta para destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31.12.2019, conforme proposta do Conselho de Administração a seguir: **a) Registrar** o lucro apurado no exercício de 2019 entre janeiro e dezembro no montante de R\$ 10.174.984; **b) Destinar** o valor de R\$ 6.817.240 a conta de retenção de lucros; **c) Ratificar** a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.422.558 **d) Provisionar** a distribuição de dividendos no montante de R\$ 935.187, com base no resultado auferido entre julho a dezembro de 2019, os quais serão pagos até o final de fevereiro de 2020; **e)** Em conformidade com as diretrizes estabelecidas, não se fez necessária a constituição da Reserva Legal, na qual a companhia pôde deixar de constituir a Reserva Legal no exercício, pois o saldo dessa excedeu 30% do capital social nesse período. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assinaturas: **Mesa:** Sr. Alexandre do Rosário Nobre, (Presidente); Sr. Renato Prouença Prudente de Toledo (Secretário). JUCESP – Registrado sob o nº 29.102/21-2 em 19/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Wattana Empreendimento e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 30.948.437/0001-12 – NIRE 35.300.518.799

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de novembro de 2020

Data, Hora e Local: Aos 20/11/2020 às 10:30 horas na sede da Companhia com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Publicações:** Edital de Convocação: Dispensada. **Demonstrações Financeiras:** exercício social de 31/12/2019, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, e relatório dos auditores independentes, publicados no "DOE-SP" e no "Jornal O Dia SP" em edições de 18/11/2020. **Mesa:** Presidente – Alexandre do Rosário Nobre; Secretário – Renato Pudente de Toledo. **Deliberação da Ordem do Dia Tomada por Unanimidade:** (1) As Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes; (2) A proposta para destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31.12.2019, conforme proposta do Conselho de Administração a seguir: **a) Registrar** o lucro apurado no exercício de 2019 entre janeiro e dezembro no montante de R\$ 2.357.440 e destiná-lo para: **b) Destinar** à conta de reserva legal o montante de R\$ 117.872 representando 5% do lucro líquido, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no *caput* do art. 193 a Lei nº 6.404, de 15/12/1976; **c) Destinar** à conta de retenção de lucros o montante de R\$ 1.692.568; **d) Ratificar** a distribuição de dividendos no montante de R\$ 547.000 em 07/08/2019, com base no resultado auferido entre janeiro a julho de 2019. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assinaturas: **Mesa:** Sr. Alexandre do Rosário Nobre, (Presidente); Sr. Renato Prouença Prudente de Toledo (Secretário). JUCESP – Registrado sob o nº 36.037/21-7 em 20/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Sapphirus A007.19 Participações S.A.

CNPJ/ME em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 22 de novembro de 2019

Aos 22/11/2019, às 10 horas, na Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, 14º andar, Sala 1410, São Paulo-SP, reuniram-se os subscritores da totalidade do capital social desta Companhia, conforme se constatou pelas assinaturas na Lista de Presença e no Boletim de Subscrição. **Mesa e Convocação:** Escolhido por unanimidade, assumiu a Presidência dos trabalhos o **Fábio Guimarães Corrêa Meyer**, RG nº 26.674.688-3 SSP/SP e CPF/ME nº 166.927.748-88, que convidou a mim, **Graziela Marques Conde**, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP e CPF/ME nº 231.345.468-17, para Secretária. Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **Pauta:** (i) Aprovar a constituição da **Sapphirus A007.19 Participações S.A.** ("Companhia"); (ii) Aprovar o Capital Social Inicial; (iii) Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia; (iv) Eleger a Diretoria da Companhia; e (v) Deliberar acerca da remuneração dos Diretores. **Deliberações:** Após exame e discussão, foi deliberada por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições (i) a constituição da Companhia, declarando o Sr. Presidente constituída a Companhia a partir deste momento; (ii) o Capital Social Inicial da Companhia no montante de R\$500,00 em moeda corrente do país, dividido em 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados R\$50,00 neste ato, em moeda corrente nacional, sendo R\$25,00 integralizados pela **Sigma Holdings Participações Ltda.**, CNPJ/ME nº 35.152.346/0001-90 e NIRE 35235664773, neste ato representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, acima qualificada, e R\$25,00 integralizados por **Kappa Holdings Participações Ltda.**, CNPJ/ME nº 35.144.957/0001-96 e NIRE 35235663955, representada por sua administradora, Graziela Marques Conde, já qualificada, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo II da ata a que se refere a presente AGC, de forma que os R\$450,00 remanescentes do capital social serão integralizados no prazo de 24 meses a contar desta data; (iii) a aprovação do projeto do Estatuto Social da Companhia, a reger-se segundo o Estatuto Social cuja redação consolidada passa a constituir o Anexo I da ata a que se refere a presente AGC; (iv) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até a realização da primeira AGO, passando a Companhia a ter os seguintes Diretores, sem designação específica: (a) **Fábio Guimarães Corrêa Meyer**, RG nº 26.674.688-3 SSP/SP e CPF/ME nº 166.927.748-88; e (b) **Graziela Marques Conde**, RG nº 44.422.927-9 SSP/SP e CPF/ME nº 231.345.468-17. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis; e (v) aceitar a renúncia dos diretores ao recebimento de remuneração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22/11/2019. Assinaturas: Mesa: Fábio Guimarães Corrêa Meyer – Presidente; Graziela Marques Conde – Secretária. Visto da Advogada: Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição – OAB/SP 363.776. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** Sapphirus A007.19 Participações S.A. é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Rua Amaro Cavalheiro, 347, andar 14º, Sala 1410, São Paulo-SP, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital. Artigo 5º.** O capital social é de R\$500,00, representado por 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§ 2º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 3º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, nos 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§ 2º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando o voto em branco. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de 02 a 05 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos. **§ 1º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia que os eleger. **§ 2º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia. **Artigo 9º.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo não competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 meses, exceto em relação às proações "ad iudicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ Único.** Dependendo de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avalis, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11.** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 12.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela AGO para um mandato de 01 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais. Artigo 13.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 14.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 15.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 16.** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2%. Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia, pela distribuição de um percentual maior. **Artigo 17.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 18.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo-SP. JUCESP – Certificado o registro sob o NIRE 35.300.545.702 em 05/12/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br

Petróleo fecha em queda com preocupações por covid-19, apesar de dólar fraco

Os contratos mais líquidos de petróleo fecharam em baixa nesta quinta-feira, 28, com o mercado atento à situação da pandemia de coronavírus e após subirem ontem diante da queda dos estoques nos Estados Unidos. Notícias envolvendo novas restrições à circulação, a disseminação de novas variantes e atrasos na vacinação global preocupam investidores e prejudicam os preços do petróleo, uma vez que a lenta recuperação da economia enfraquece a sua demanda global. O recuo da commodity energética ocorreu mesmo com o enfraquecimento do dólar ante rivais, o que em tese favoreceria o petróleo por deixá-lo mais barato a negociadores de outras divisas.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do WTI para março caiu 0,96% (-US\$ 0,51), a US\$ 52,34 o barril. Já o Brent para abril teve queda de 0,77% (-US\$ 0,43), a US\$ 55,10 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O recrudescimento da pandemia de coronavírus foi o principal fator a movimentar os ativos de petróleo hoje. A Alemanha deve se juntar a Portugal em breve na decisão de banir viajantes do Brasil para conter os casos locais de covid-19, afirmou um ministro alemão, em lista que também incluirá britânicos, portugueses e sul-africanos.

Também na Alemanha, um grupo de cientistas disse que o uso da vacina da AstraZeneca e da Universidade de Oxford deve ser contraindicado a pessoas acima de 65 anos, parcela da população que faz parte dos grupos prioritários de imunização.

IstoÉDinheiro

Negócios

99 deslança sua carteira digital e prevê ser top 3 ainda em 2021



A 99 vai escalar sua carteira digital 99Pay no Brasil, apostando em um pacote de benefícios e no uso recorrente de seu aplicativo de transporte urbano para enfrentar gigantes com dezenas de milhões de usuários, como PicPay e Mercado Pago.

“Prevemos terminar 2021 como uma das três maiores carteiras digitais do país em usuários ativos”, disse à Reuters Maurício Orsolini Filho, diretor da 99Pay.

O plano mostra como a companhia comprada há três anos pelo grupo chinês Didi Chuxing planeja ampliar mecanismos para fidelizar clientes, na disputa com a rival maior Uber no país e ao mesmo tempo buscar opções para rentabilizar a base.

Lançada no ano passado,

a99Pay opera hoje em apenas nove cidades, com 500 mil usuários, disse o executivo. Com a guinada neste ano, o objetivo é chegar aos 20 milhões de usuários ativos da 99, grupo atendido pelos cerca de 700 mil motoristas da marca em 1.600 cidades do país.

A ofensiva ocorre meses após uma aceleração das carteiras digitais no país, com as medidas de isolamento social para tentar conter o avanço da pandemia da Covid-19 levando milhões de pessoas a buscarem meios online para pagar compras ou para receber recursos emergenciais do governo.

O PicPay, por exemplo, triplicou sua base no ano passado, chegando a 41 milhões de contas. Além disso, redes varejistas país estão expandindo ou lançando carteiras

digitais próprias, campanhas em geral montadas em custos subsidiados.

Embora não revele o valor do investimento, a99Pay vai pelo mesmo caminho, com ofertas que incluem desde rentabilidade de 220% do CDI sobre os recursos de clientes que ficarem na conta, até descontos em viagens da 99e nos pedidos na 99Food.

Embora vejam o movimento com algum otimismo, dado que isso tem contribuído para reduzir a desbancarização, especialistas do setor bancário têm apontado que o mercado de carteiras digitais no país deve passar por uma consolidação, dado que grande fatia dos clientes dessas redes é redundante, ou seja, uma pessoa pode ser usuário de várias marcas ao mesmo tempo.

Boeing registra prejuízo anual recorde

A Boeing divulgou nesta quarta-feira um prejuízo anual recorde de quase 12 bilhões de dólares, em meio a novo adiamento de seu jato 777X, o que resultou em um efeito negativo de 6,5 bilhões de dólares no resultado.

A crise do coronavírus exacerbou a queda na demanda pelas maiores aeronaves da indústria, com companhias aéreas evitando receber os aviões encomendados devido a restrições de viagens internacionais, prejudicando o fluxo de caixa da fabricante de aeronaves dos EUA.

A Boeing disse que espera que o 777X, uma versão maior do 777 mini-jumbo, entre em serviço no final de 2023, atrasando o lançamento do jato pela terceira vez e registrando uma baixa de 6,5 bilhões de dólares antes de impostos.

A empresa estava desenvolvendo o jato com a meta de lançá-lo em 2022, já dois anos depois do planejado inicialmente.

Uma queda histórica na quantidade de viagens aéreas também prejudicou os envios dos 787 Dreamliners da Boeing para as companhias aéreas, fazendo com que a empresa acumulasse dezenas de aeronaves, pesando ainda mais sobre a Boeing, que já tem um estoque armazenado de cerca de 450 jatos 737 MAX.

A Boeing disse que espera retomar os envios de seus 787 Dreamliners em 2021, quando as viagens aéreas se recuperarem. As entregas dos modelos 787 caíram quase 70% para 53 aviões em 2020 e não se espera que se recuperem aos níveis de 2019 até pelo menos 2024, de acordo com analistas.

Exame



Exame

Com aporte de US\$ 70 mi, americana Booksy planeja dobrar operação no Brasil



A startup americana Booksy, conhecida por seu aplicativo de reservas para salão de beleza, anunciou nesta quarta-feira, 27, ter levantado uma rodada série C de 70 milhões de dólares liderada pela Cat Rock Capital, com participação da Sprint Capital. Com isso, a empresa soma 119 milhões de dólares recebidos em investimentos.

Os sócios-fundadores, os empreendedores poloneses Stefan Batory e Konrad Howard, disseram que a rodada será usada para financiar a expansão internacional da companhia, a entrada em novas verticais e a aquisição de negócios complementares.

No Brasil, mercado em que atua desde 2016, a Booksy atende quase 3.000 estabelecimentos e tem uma equipe de 30 pessoas. De acordo com Fabio Tintori, diretor da operação brasileira, o aporte vai permitir que a companhia invista mais no país e atinja suas metas de dobrar o número de assinantes e funcionários até o final do ano. Para isso, além de manter o atual escritório em São Paulo, a startup planeja abrir sucursais também no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Segundo Tintori, também existe a possibilidade de a companhia adquirir negócios no Brasil para acelerar sua expansão no país. Até en-

tao, nenhuma transação do tipo foi feita aqui, mas em outros mercados a Booksy já adquiriu três empresas: as polonesas Lavito e Versum e a americana GoPanache.

A Booksy oferece aos estabelecimentos, em sua maioria salões de beleza e barbearias, uma plataforma digital para agendamento de horários e para pagamento. Na prática, a startup atua quase como um marketplace em que os pequenos negócios locais podem oferecer seus serviços aos consumidores. A assinatura custa 99 reais por mês.

Segundo dados da companhia, há vantagens na digitalização da agenda.

Exame